

Unofficial translation. Original Portuguese at <http://noticias.sapo.pt/portugues/info/artigo/1521727.html>

Academic: Domestic policy helped change Australian stance on borders with Timor-Leste

Lusa, March 6, 2018 -- An Australian scholar considered Sunday that the 2016 Australian Labor Party announcement that they would negotiate a permanent maritime border with Timor-Leste if they controlled Government may have contributed to Canberra's acceptance of the new permanent boundary treaty.

Kim McGrath said that weak majority of only one seat that the Liberals, in government, have in parliament may have also helped the historic and little-expected change that has allowed the two countries to agree on border delimitation.

Timor-Leste and Australia will sign a new border-boundary treaty on Tuesday in New York that puts the division along a line equidistant between the two countries, a position always defended in Dili, but which Canberra rejected, preferring to defend their continental shelf

The agreement came after about a year of negotiations between the two countries under the scope of a Conciliation Commission.

For McGrath, the author of *Crossing the Line - Australia's Secret History in the Timor Sea*, this shift in position may have been further aided by pressure from petroleum companies, tired of "indecision that has been dragging on for decades."

"But we cannot ignore the fact that Australia is very sensitive to the issues of the South China Sea. At the risk of being totally hypocritical by criticizing China for not respecting international law and then doing exactly the same in the case of the Timor Sea," she said in an interview with Lusa.

Hence, when the Conciliation Commission confirmed its jurisdiction for the proceeding, "and to avoid being compared to China," Australia first accepted the results of the conciliation process and then "even more surprisingly" agreed to negotiate the maritime border.

"This agreement is very significant. Xanana Gusmão and the Timorese team were in a real battle between David and Goliath and they have reached an agreement essential for the economic future of Timor-Leste," McGrath argued.

"One of the sad ironies of this is that the Australian Government erred in its assessment of what Australian interests were in this matter. If in the past they had agreed on a medium line, with Portugal, today you would have a stable democracy next door," she said.

Charles Scheiner of the Timorese organization La'ó Hamutuk - a leading advocate for justice in the Timor Sea - says the great significance of the agreement is that Australia "for the first time truly recognizes Timor-Leste sovereignty."

"For decades, Australia did not recognize that Timor was a sovereign country and even after 2002, when Timor-Leste became a member of the UN, Australia continued to say that it was not going to close the boundary, pulled out of arbitration mechanisms, and in all the treaties postponed a

definitive agreement into the future. They never accepted that this was a country with the same rights that they have," he said.

"The citizens of Australia seem to know more than their Government about Timorese interests and recognize the importance of the matter of sovereignty for the Timor-Leste people. Timor-Leste sacrificed a lot to be able to achieve independence," he said.

More than money, he said, what matters is the boundary and the fact that Australia did not recognize it, leading to the creation of the "Movement Against the Occupation of the Timor Sea, which was seen as a continuation of the Indonesian occupation of Timor."

"Over the last five years there has been a shift in Australian policies, as they began to recognize Timor as an equal. I am told that in the first meetings the commission functioned almost as a marriage counselor, it spoke separately with one party, then with the other party, because the two parties could not speak to each other," he said.

"It may be that this matter became so embarrassing for Australia that there is now a willingness to resolve it," he said.

Scheiner also recalled the importance of a process that was a political process that the UN and the Commission team "should be proud of," setting a possible precedent for the future.

"This is the first time this Conciliation Commission process has been used. I hope it will serve as a precedent." In an era when international law is being threatened, it is important to appreciate that international law has value, that there are mechanisms that work. This is a great example," he said.

The new treaty will be signed in the presence of UN Secretary-General António Guterres on Tuesday in New York.

Lusa ASP / The End

Académica: Política interna ajudou a mudar postura australiana sobre fronteiras com Timor-Leste

Lusa, 06 de Março de 2018 - Uma académica australiana considerou, no domingo, que o anúncio de 2016 dos Trabalhistas australianos de que negociariam uma fronteira marítima permanente com Timor-Leste se chegassem ao Governo pode ter contribuído para Camberra aceitar o novo tratado de fronteiras permanentes.

Kim McGrath referiu que a fraqueza da maioria de apenas um lugar que os Liberais, no Governo, têm no parlamento, pode também ter ajudado à mudança histórica e pouco esperada que permitiu aos dois países acordarem na delimitação da fronteira.

Timor-Leste e a Austrália assinam na terça-feira, em Nova Iorque, um novo tratado de delimitação de fronteiras que coloca a divisão ao longo de uma linha equidistante entre os dois países, postura sempre defendida em Díli, mas que Camberra rejeitava, preferindo defender a sua bacia continental.

O acordo surgiu depois de cerca de um ano de negociações entre os dois países no âmbito de uma Comissão de Conciliação.

Para McGrath, a autora do livro “Atravessar a linha - A História secreta da Austrália no Mar de Timor”, essa alteração de posição pode ter sido ainda ajudada pela pressão das petrolíferas, cansadas de “uma indecisão que se arrastava há décadas”.

“Mas também não podemos ignorar o facto de a Austrália estar muito sensível aos temas do mar do sul da China. Correndo o risco de ser totalmente hipócrita ao criticar a China por não respeitar a lei internacional e depois fazer exatamente o mesmo no caso do Mar de Timor”, afirmou, em entrevista à Lusa.

Daí que quando a Comissão de Conciliação confirma ter jurisdição para o processo, “e para evitar ser comparada à China”, a Austrália primeiro tenha aceitado os resultados do processo de conciliação e depois “de forma ainda mais surpreendente” acordado negociar a fronteira marítima.

“Este acordo é muito significativo. Xanana Gusmão e a equipa timorense estiveram numa verdadeira batalha de David contra Golias e conseguiram um acordo essencial para o futuro económico de Timor-Leste”, argumentou McGrath.

“Uma das tristes ironias disto é que o Governo australiano errou na sua avaliação do que eram os interesses australianos nesta matéria. Se no passado tivesse acordado numa linha mediana, com Portugal, hoje teria uma democracia estável aqui ao lado”, referiu.

Charles Scheiner, da organização timorense La’o Hamutuk - uma das principais defensoras de justiça no Mar de Timor - diz que o grande significado do acordo é que a Austrália “pela primeira vez reconhece verdadeiramente a soberania timorense”.

“Durante décadas, a Austrália não reconheceu que Timor era um país soberano e mesmo depois de 2002, quando Timor-Leste se tornou membro da ONU, a Austrália continuou a dizer que não ia fechar a fronteira, saiu de mecanismos de arbitragem e em todos os tratados empurrava um acordo

definitivo para o futuro. Nunca aceitaram que este era um país como os mesmos direitos que eles tinham”, disse.

“Os cidadãos da Austrália parecem saber mais do que o Governo sobre os interesses timorenses e reconhecem o importante que a questão da soberania é para os timorenses. Timor-Leste sacrificou muito para se poder declarar independente”, sublinhou.

Mais do que o dinheiro, disse, o importante é a fronteira e o facto de que a Austrália não a reconhecia, levando à criação de um “Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor, que era visto como uma continuação da ocupação indonésia de Timor”.

“Ao longo dos últimos 5 anos começou a haver uma mudança na política australiana querendo começar a reconhecer Timor como um igual. Dizem-me que nas primeiras reuniões a comissão funcionou quase como terapia de casal. Falava separadamente com uma parte, e depois iam ter com a outra parte, porque as duas partes não conseguiam falar”, disse.

“Pode ser que este assunto se tenha tornado embaraçoso para a Austrália e por isso haja a vontade de o resolver”, considerou.

Scheiner lembrou igualmente a importância de um processo que foi político do qual a ONU e a equipa da comissão se devem “sentir orgulhosos”, abrindo eventuais precedentes para o futuro.

“É a primeira vez que este processo da Comissão de Conciliação foi usado. Espero que sirva com precedente. Numa era em que a lei internacional está a ser ameaçada, é importante apreciar que a lei internacional tem valor, que há mecanismos que funcionam. Isto é um grande exemplo disso”, afirmou.

O novo tratado é assinado na presença do secretário-geral da ONU, António Guterres, na terça-feira, em Nova Iorque.

Lusa/Fim